SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Filiado à CSP -Conlutas

Sexta-feira, 12 de novembro de 2010 - JJ 404 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Servidores aprovam: 17/11 é dia de parar 24 horas

Concentração será no TRF-3 durante o dia e deve contar com a presença de servidores da capital, interior e baixada dos três tribunais. À tarde, assembleia estadual vai avaliar indicativo de greve por tempo indeterminado

Os servidores vão parar pelo PCS na próxima quarta-feira, dia 17. A retomada da luta pelo PL 6613/09 foi aprovada na assembleia estadual realizada nesta quinta, 11, em frente ao TRF-3, que contou com a participação de servidores das três justiças. A princípio, a paralisação será de 24 horas, mas ao final do dia os servidores vão avaliar se o movimento se estenderá por tempo indeterminado, seguindo o calendário nacional da Fenajufe. Em todo o país ocorreram mobilizações e alguns estados, como Bahia e Mato Grosso, aprovaram greve por tempo indeterminado a partir do dia 17.

Nesse dia 17, o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, receberá os diretores da federação em audiência para tratar do PCS. De acordo com Antonio Melquiades, o Melqui, diretor do Sintrajud e da Fenajufe, é importante que todos participem da luta: capital, grande São Paulo, Baixada Santista e interior. "Não há outra forma de garantir o reajuste." Ele explica que, apesar das recentes declarações do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, o reajuste dos servidores depende do Poder Executivo e do Judiciário. Por isso, a greve vai pressionar Lula e Peluso a fecharem um acordo, já que não faltam recursos para implantar o PCS.

Segundo o economista do Sintrajud, Washington Moura Lima, somente com as sobras orçamentárias do Judiciário, seria possível pagar pelo menos uma parcela do PCS retroativo a agosto. Com apenas 1% das sobras da União, também já seria possível pagar pelo menos uma parcela.

Para Cláudio Klein, diretor de base do Sintrajud, é preciso reorganizar o movimento nacional para a conquista do PCS. "A luta é difícil, perdemos o mote eleitoral, mas a crise internacional e os 'ajustes' fiscais previstos pelo próximo governo podem dificultar ainda mais."

Na opinião de Adilson Rodrigues, diretor de base da JF/Santos, cada servidor "deve sair de cima do muro e se posicionar em defesa do seu interesse e de toda a categoria, ou seja, pela aprovação imediata do PCS".

Mutirão é pelo PCS

"Não tem como cumprir meta, se não tiver aumento salarial", disse Cláudio Klein, na assembleia/ato realizada no TRF-3. A imposição de metas tem invadido o dia-a-dia dos servidores. É unânime, entre a categoria, que o ritmo de trabalho é cada vez maior. Enquanto isso, os servidores avaliam que há um desrespeito à luta pelo PCS. Além disso, paira sobre os servidores o PLP 549/09, que tramita na Câmara e, se aprovado, congelará os salários até 2019.

Klein conta que desde 1996, quando ingressou no Judiciário, nunca um presidente do TRF havia exigido compensação por hora. Para David Landau, diretor de base da JT/Barra Funda, há um desrespeito total em relação aos dias parados. Já Eliseu Trindade, diretor do Sindicato, afirmou que as administrações se utilizam da pressão pela compensação da greve da categoria para recuperar um acúmulo histórico no Judiciário.

Atenção servidor

No dia 17, concentre-se na entrada do seu Fórum e vá para a Av. Paulista no TRF-3!
O Sintrajud garantirá o transporte



O que pensam os servidores sobre a retomada da mobilização



"A mobilização é única forma de conseguirmos o nosso intento que é PCS-4. Nós nunca ganhamos nada, nós sempre conquistamos através da luta.

Por isso é importante essa retomada, e não importa a época. Porque nessa mesma época no ano passado, em novembro, e graças àquela luta, nós conseguimos que nosso projeto saísse do Supremo para ir pro Congresso. Hoje é a mesma coisa, não importa que estejamos à beira do recesso, cheio de metas, e agora com cada vez mais controle sobre o servidor".

Bernadete Amaral de Souza, servidora do TRF-3 e diretora de base do Sintrajud

"Para retomar a luta é preciso construir a unidade, fazer com que a gente consiga unificar a nossa luta, parar com a polarização, respeitar as nossas instâncias democráticas, porque essa polarização entre subsídio e PCS já estava ultrapassada quando a Fenajufe democraticamente votou por postergar a discussão do subsídio para lutarmos pelo PCS, todo mundo junto. Eles perderam essa votação, mas a cúpula deles não desistiu e continuou polarizando a questão.

Precisamos fazer com que outros sindicatos, mesmo cutistas, venham para luta, porque são sindicatos importantes, como Brasília e o Rio de Janeiro.

Não devemos esperar nada de nenhum governo. Só nos resta a luta, ir para cima e com greve, que é a nossa ferramenta legítima".



Henrique Sales, servidor da JT/ Barra Funda.



"Agora é o momento de voltarmos àquela mobilização que tínhamos no fim do primeiro semestre para tentar forçar a negociação do Judiciário com o Executivo.

Eu acredito que é possível a retomada, aos poucos o pessoal dos três tribunais mais importantes vão sentindo a necessidade de retomar, porque se deixar para o ano que vem vai ficar mais complicado ainda". Maurício Rezzani, servidor do TRE

Impacto de 2 parcelas do PCS em 2011 é de apenas 10% da folha, revela estudo

Os índices divulgados pelo ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, para dizer que o PCS do Judiciário é "um delírio" não sobrevivem a uma análise mais detalhada dos números. Estudo do Departamento Econômico do Sintrajud mostra que a aplicação de duas parcelas da tabela salarial em 2011, das quatro previstas pelo STF, teria impacto na folha de pagamento do Judiciário Federal de apenas 10,12%, bem distante dos 56% alardeados por Bernardo, ministro do presidente Lula cotado para permanecer no governo Dilma.

A divisão do PCS em quatro parcelas semestrais vinha sendo defendida nos últimos meses pelo Supremo Tribunal Federal. Mas mesmo que o projeto entre em vigor de forma integral em 2011, o impacto não passaria de 26,98% sobre o orçamento para pessoal de 2010, percentual que não chega à metade dos 56% divulgados pelo Planejamento.

Isto ocorre porque o reajuste não é linear. Existem itens dos contracheques que não são corrigidos. "Esse aumento é apenas a tabela da carreira efetiva: o vencimento básico e a GAJ, além de algumas parcelas derivadas com pouco peso nos custos orçamentários, como a GAE e a GAS", explica o economista Washington Luiz Moura Lima, autor do estudo e coordenador do departamento econômico do Sintrajud. Para os demais itens da remuneração, não há previsão de aumento. É o caso das funções comissionadas (FC), cargos em comissão (CJ) e a maior parte das vantagens pessoais nominalmente incorporadas (VPNI) - itens que, segundo ele, têm enorme peso na folha salarial.

Parcelado, folha de 2012 fica relativamente menor

Para chegar a essas conclusões, o economista usou números oficiais – no caso, a estimativa de custo bruto do próprio projeto (R$ 6,3 bilhões) e o orçamento de pessoal e encargos autorizado para o Judiciário Federal em 2010 (R$ 23,5 bilhões). O orçamento inclui o pagamento de juízes, mantido devido à inexistência de dados disponíveis para excluí-lo. Mas ele ressalva que é pequeno o número de magistrados em comparação ao de servidores e o impacto não teria peso para mudar substancialmente a análise.

A análise prevê uma despesa bruta de R$ 2,3 bilhões com as duas primeiras parcelas de janeiro e de julho de 2011. Valor que corresponde a um aumento de exatos 10,12% sobre os R$ 23,5 bilhões das despesas com pessoal. O economista preferiu usar os custos brutos do projeto, para que não haja dúvidas quanto aos resultados – o cálculo do custo líquido, descontado o que retorna aos cofres do governo por conta da Previdência e do Imposto de Renda, faz o valor do PL 6613/2009 despencar à metade (cerca de R$ 3,3 bilhões).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA 30ª REUNIÃO DO CONSELHO DE BASE DO SINTRAJUD/SP

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por suas coordenadoras, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade (conforme parágrafo 1º do artigo 25), faz saber que fará realizar a **30ª REUNIÃO DO CONSELHO DE BASE DO SINTRAJUD, no dia 27 de novembro do ano corrente, a partir das 9 horas, em primeira convocação – no auditório do SINTRAJUD, situado a Rua Antonio de Godoy, nº 88, 15ª andar, Centro, São Paulo/SP.**

PAUTA:

1. **Campanhas pelo PCS-4 e contra o congelamento salarial**
2. **Pauta específica dos Tribunais**
3. **E, outros assuntos de interesse da categoria**

A 30ª Reunião do Conselho de Base é aberta para todos os associados com o direito a voz. Competindo a Diretoria Executiva, Direção de Base e Representantes dos Aposentados, o direito a voz e voto.

Para que os eventos ocorram com empenho e organização, solicitamos aos interessados a confirmação de presença até o dia 25 de novembro de 2010 (quinta-feira), às 16h, no telefone: (11) 3222-5833, com as funcionárias Carla e Juliana, e/ou por e-mail: secpolitica@sintrajud.org.br, desta forma, podemos garantir a infra-estrutura necessária do evento.

São Paulo, 11 de novembro de 2010.

Eliseu da Silva Trindade
Coordenador Geral
Maria Angélica Olivieri
Coordenadora Executiva

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores gerais, em conformidade com o Estatuto Social da entidade, realizará a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, dia 27 de novembro de 2010, às 15 horas, em primeira convocação, no auditório do sindicato, Rua Antonio de Godoy, 88, 15ª andar (próximo ao metrô São Bento).

PAUTA:

1) **Apreciação do Parecer do Conselho Fiscal sobre as contas do Exercício de 2009;**
2) **Apreciação da Previsão Orçamentária para o Exercício de 2011;**
3) **Outros assuntos de interesse da categoria**

Observação:
Os documentos contábeis relativos às contas do exercício de 2009 estarão à disposição da categoria na sede do SINTRAJUD/SP, dias 25 e 26/11 das 11h às 17h e dia 27/11 das 11h às 14h.

São Paulo, 11 de novembro de 2010

Leica Claudio Silva
Coordenadora Geral
Eliseu da Silva Trindade
Coordenador Geral